

Setúbal - Universidade de Verão do PS

Aula inicial - 15.VI.2007

Caros Camaradas,

1. Pediram-me para abrir esta sessão inaugural da Universidade de Verão - que este ano tem lugar em Setúbal, distrito que sempre foi de Esquerda - para vos falar sobre o "Socialismo e o futuro". É possível que para alguns camaradas o tema, por demasiado genérico, seja pouco estimulante. Para outros não terá grande oportunidade. Acredito que alguns camaradas gostem mais de gritar PS do que Partido Socialista, sublinhando as sílabas das duas palavras. E que prefiram levantar o braço direito com o punho de lado e o polegar em riste em vez do punho esquerdo fechado, com ou sem "la rose au poing"...

2. É natural. As modas mudam, como as conjunturas. A palavra socialismo não está hoje muito na moda bem como o punho. Há que reconhecer. Mas não é preciso ser profeta para vos garantir que, mais ano menos ano, vai voltar a estar em moda - e com que força.

Basta compreender o estado em que se encontra o mundo e os desastres e desigualdades a que nos conduziu o neo-liberalismo e a globalização desregulada de tipo neo-liberal, para se perceber o que aí vem: descontentamentos em cadeia, revoltas contra as humilhações e as gritantes desigualdades sociais, cada vez maiores, confrontações, conflitos, quem sabe mesmo se inesperadas revoluções...

3. As pessoas têm olhos para ver e cabeça para pensar. Sabem distinguir entre o bem e o mal, uma capacidade de que quase todos os homens são dotados. E não compreendem - não podem legitimamente compreender, cada vez menos, com a informação que todos os dias lhes chega - porque há uma tão grande concentração de riqueza, nas mãos de cada vez menos pessoas, uma riqueza ostensiva e arrogante, a par da pobreza mais desumana, em constante progressão, de pessoas que não têm emprego, nem meios para alimentar os filhos, os educar, cuidar dos pais, doentes e enfraquecidos, com pensões de miséria, que nos avisam que tendem a diminuir...

4. Ora a pobreza e as desigualdades sociais não são inevitáveis fatalidades. A fome e as pandemias que avançam em África e noutros continentes - mesmo em certas periferias das grandes cidades, dos países desenvolvidos - não são fatalidades. Têm responsáveis, nomes e rostos, por mais que o marketing, os media e a propaganda tendam a criar a confusão para iludir as pessoas. A culpa é do sistema injusto que nos rege e dos seus auto-proclamados arautos. A Ciência e as tecnologias põem à nossa disposição meios bastantes para alimentar toda a Humanidade. Contudo, o capitalismo financeiro-especulativo, sem preocupações sociais nem ambientais - sobretudo sem valores éticos - não tem interesse em suscitar a vontade política capaz de lutar a sério contra as desigualdades. Pelo contrário: os únicos objectivos que lhes interessam verdadeiramente são o lucro pelo lucro e o sucesso, a qualquer preço, nesta fase neo-liberal de uma globalização desregulada, selvagem, mais virtual que produtiva, que está a conduzir o Planeta para um desastre sem precedentes e a Humanidade para conflitos, violências e catástrofes que, se não forem evitadas, representarão um recuo civilizacional imenso. Recuaremos do humanismo para a barbárie.

5. É aqui, na consciência amplamente partilhada da situação para que caminhamos, que o ideal socialista vai reaparecer em força. Com a consciência partilhada que um mundo melhor é possível. Que é dever de todos, por razões éticas e imperativos de solidariedade, lutar por esse outro mundo melhor - por sociedades humanizadas e diferentes - à escala de cada Estado ou de cada Região, tendo por base os valores do humanismo universalista, que integre o multiculturalismo e o direito à diferença e, obviamente, os ideais do socialismo e da liberdade.

6. Penso que, neste ponto, devo precisar - para evitar equívocos e ambiguidades - os conceitos base de socialismo e liberdade. Porque a confusão intencional começa logo aí...

Quando o nosso Partido Socialista foi criado, na clandestinidade e no exílio, em 1973, vivíamos em plena "guerra fria". Num mundo dividido em duas super-potências rivais. A ditadura

portuguesa pertencia, sem estados de alma, ao chamado Mundo Livre. O universo soviético, que se dizia socialista, era totalitário, no sentido em que as pessoas não contavam e era liberticida (contra as liberdades), profundamente desigual, ignorando a cidadania, visto que nele só existiam funcionários, uma vez que a chamada economia de mercado era quase desconhecida. Do Estado dependia tudo - as pessoas e os bens, exceptuados os artigos de consumo imediato. Porque a propriedade era colectiva, isto é: do Estado, gerida pelo partido único, que governava de forma absoluta o Estado e as pessoas.

7. Como é evidente, esse nunca foi o modelo do nosso socialismo, dito em liberdade ou democrático, por antinomia ao socialismo totalitário. Daí a confrontação em que entrámos no chamado "verão quente" de 1975, com o Partido Comunista, que então, a ponto de tomar o poder, nos acusou de meter o "socialismo na gaveta". E no I Governo Constitucional, a que presidi (1976-1977), essa acusação continha, de algum modo, uma certa dose de verdade se nos referirmos ao socialismo totalitário. Não devemos ter vergonha de ter travado a chamada Reforma Agrária: a ocupação de terras e propriedades, sem qualquer fundamento legal, para as entregar a colectivos de trabalhadores, quase sempre dirigidos pelo Partido Comunista, e de ter conscientemente encorajado a economia de mercado, para evitar que o País caísse em bancarrota - estivemos muito próximo - por efeito das atribuladas nacionalizações e ocupações ocorridas após o 11 de Março de 1975.

8. André Malraux, o grande escritor francês, numa das últimas entrevistas que terá concedido, ao L'Express, salvo erro, disse então, com extrema lucidez: "os socialistas portugueses demonstraram ao mundo que os mencheviques (entenda-se, socialistas) também são capazes de vencer os bolcheviques (entenda-se comunistas)". E eu acrescento: vencemo-los na rua, em colossais manifestações da vontade popular, sem violência. Um facto histórico sem precedentes na Europa e no Mundo. E que foi decisivo, para as "transições democráticas" que se lhe seguiram, a começar pela espanhola e, uma década depois, na Ibero-América, tendo reflexos positivos consideráveis no próprio colapso do universo comunista e no pensamento da Esquerda em geral.

9. Esta é a tradição extremamente honrosa do nosso Partido, no plano prático e teórico, que marcou a Internacional Socialista nos tempos áureos de Willy Brandt. Um Partido cujas origens remontam a 1875, criado por Antero de Quental e José Fontana (quando em Espanha o PSOE foi criado três anos depois, por Pablo Iglésias), que viria a desaparecer, sem glória, nos anos finais da Ditadura, cuja tradição retomámos, como disse, em 1973, adoptando o termo socialista e não social-democrata ou trabalhista, conceitos basicamente semelhantes, no seu conteúdo político-ideológico, mas com vivências históricas, comportamentos e práticas, por vezes diferenciadas.

Escolhemos a designação de Partido Socialista e não Social-Democrata ou Trabalhista em virtude da nossa tradição histórica, que é também a da Europa do Sul: Espanha, Itália, França, Bélgica, Austria... Com cerca de cem mil adesões, após o 25 de Abril de 1974, a nossa tradição e o nosso discurso foram unificados então, num corpo teórico coerente, durante a confrontação com o Partido Comunista, leninista e estalinista - nos planos sindical, de crítica ao modo como foram feitas as nacionalizações, ao pluralismo democrático-constitucional e, sobretudo, das liberdades: cívicas, políticas, religiosas, económicas e sociais. Caracterizámo-nos como um partido republicano, civilista, laico (no sentido da separação do Estado das Igrejas) defensor da "economia de mercado" mas não de "sociedades de mercado" ou, menos ainda, de sociedades mercantilistas ou economicistas. Isto é: pensámos - e pensamos - que o mercado é essencial para as políticas de desenvolvimento económico, num mundo globalizado, mas que deve ser orientado por regras - veremos adiante quais e como - que corrijam as desigualdades que o mercado necessariamente gera.

10. O colapso do universo comunista, ocorrido entre 1989-1991 - já Portugal era membro da CEE - veio alterar, de algum modo, a ordem do Mundo, até aí orientada pelo chamado "equilíbrio do terror" e pelo sistema das Nações Unidas que, tendo assegurado a paz, o que não é pequena coisa, não era então excessivamente ambicioso. Com o fim da guerra fria, os Estados Unidos, sozinhos em campo, sentiram-se vencedores, começando a comportar-se como donos do Mundo, o chamado "império benigno", como se auto-designaram. Lançaram o conceito, para exportação, da universalização da democracia dita liberal, algumas vezes identificando democracia e mercado, como se se tratasse de conceitos idênticos - quando obviamente não são - e tentando, ao mesmo tempo, universalizar a teoria dos Direitos Humanos, de acordo com a singular prática, para os avaliar, dos "dois pesos e duas medidas", isto é: os ditadores são bons (ou toleráveis) quando são submissos ou nossos amigos e péssimos (intoleráveis) quando não são...

11. Durante os anos que precederam a viragem do Século, os partidos socialistas (social-democratas e trabalhistas) europeus enquanto estiveram maioritariamente no poder, deixaram-se influenciar pelo neo-liberalismo triunfante, com demasiada subserviência em relação às políticas americanas. Erro gravíssimo que estamos agora, na União Europeia, a pagar muito caro.

Note-se que foram os partidos socialistas - com os democrata-cristãos, hoje, em certos casos, partidos populares, bem diferentes do que eram os democrata-cristãos - que construíram a União Europeia e mais contribuíram, com as suas políticas reformistas, para a implosão pacífica do comunismo. Mas, mesmo na Europa, não se fundamentou, suficientemente, a consciência desse contributo para a erradicação do comunismo.¹² Quando me refiro às políticas reformistas do socialismo europeu não me refiro, obviamente, às "reformas" - entre aspas - reclamadas hoje pelos neo-liberais. Essas são contra-reformas. Exemplifico: quando se exigem menos impostos; menos Estado, para que os privados fiquem com a carne e o Estado com os ossos; maior flexibilidade laboral, isto é: mais desemprego, sem ter em vista as catástrofes humanas que daí resultam; barreiras de protecção para separar os ricos dos excluídos, desempregados ou imigrantes; etc. - está-se a falar de contra-reformas. Refiro-me, sim, a reformas sociais a sério, que assegurem a sustentabilidade e o desenvolvimento do modelo social europeu, para libertar as pessoas - todos os nossos concidadãos - da angústia do dia de amanhã, do desemprego, da velhice, da doença: reformas que se ocupem da inclusão social, que reduzam, radicalmente as desigualdades, que reforcem o poder dos sindicatos, do sindicalismo e da concertação social.

Esse é o reformismo que tem um inequívoco sinal progressista, que começou com o New Deal, de Roosevelt, para resolver a grande crise de 1929, em resposta ao "comunismo como pátria do proletariado" e que foi retomado pelos nórdicos e, depois de 1945, pelos trabalhistas ingleses e, em maior ou menor grau, desde há cinquenta anos, pelos países da Europa Ocidental, que criaram então o "modelo social europeu". Esse é o reformismo progressista e inteligente: porque quem não faz reformas sociais a tempo está, sem o saber, a semear a prazo convulsões sociais, muito difíceis de conter...

13. Durante a segunda presidência portuguesa da União Europeia o Governo de António Guterres, com o apoio da Prof^a. Maria João Rodrigues, deu um contributo importante para a sustentabilidade do modelo social europeu, fazendo aprovar a chamada Estratégia de Lisboa. A qual consiste, como sabem, em compatibilizar o modelo social europeu (desenvolvido e com sustentabilidade financeira) com políticas de desenvolvimento económico, competitivas, e de rigor financeiro, baseadas na inovação científica, tecnológica e na qualificação do trabalho (com mais educação) para que a qualidade do produto o torne altamente competitivo.

Só que a Estratégia de Lisboa - que espero seja retomada na nossa terceira presidência - foi aplicada a sério, apenas, por dois ou três países europeus, entre os quais a Finlândia, com excelentes resultados, aliás, em termos de competitividade. Mas não o foi ainda por Portugal em função da crise financeira iniciada pelo último governo Guterres e amplificada pelos governos de Direita que se seguiram.

14. O século XXI trouxe-nos dois fenómenos novos, entre outros: o terrorismo global que, directa ou indirectamente, mudou o mundo; e a cidadania global que é uma luz de esperança no mundo conturbado em que vivemos.

A "guerra" ao terrorismo, tal como a concebeu a administração Bush, desacreditou a América, no plano dos princípios e como potência hegemónica. A guerra do Iraque foi uma divisão de águas, que atravessou o mundo na sua totalidade. E a guerra no Afeganistão está a revelar-se fatal para a NATO, como organização defensiva, bem como a invasão do Líbano - sem justificação nem sentido - terrível para Israel com o crescente agravamento do conflito Israelo-Palestiniano. O que põe Israel - note-se - numa situação dramaticamente difícil.

A União Europeia, apesar de não ter seguido a América nas suas políticas agressivas, foi omissa em múltiplas ocasiões. Além de ter ficado demasiado tempo paralisada pela vitória do não francês e holandês nos referendos para a ratificação do Tratado Constitucional. E não se vê que possa vir a recuperar, rapidamente, do atraso sofrido, dada a evolução seguida, para a Direita, por alguns dos países mais fortes da União.

15. Entretanto, o mundo evoluiu rapidamente. Os quatro países emergentes (Brasil, Rússia, Índia e China) reafirmaram o multilateralismo e reforçaram, de algum modo, o papel da ONU, nos anos finais do mandato de Kofi Annan. A América Latina tenta, com algum sucesso, sacudir o jugo

americano. A verdade é que, com as divergências que se vêm acentuando, assistimos, neste final da administração Bush, a um momento de verdadeira desordem mundial, como ficou patente na última reunião do G8, onde nada foi resolvido. Tudo teatro. Só promessas vagas, aliás já várias vezes repetidas, sem resultados palpáveis, como a ajuda a África, tão propagandeada, há mais de um ano, sem consequências práticas, por Tony Blair. Além de uma clara oposição - inquietante - que começa a manifestar-se entre a Rússia e a América. Poderá a União Europeia ter aí alguma intervenção, como mediadora e apaziguante?

16. Para isso seria necessário que a União Europeia, avançasse no plano institucional e tivesse condições para se fazer ouvir - a uma única voz - na cena internacional. Nessa hipótese, que não é muito provável que aconteça, apesar dos esforços louváveis da Chanceler Merkel, a União Europeia poderia tomar iniciativas ousadas, no domínio da reestruturação e democratização das Nações Unidas e dos organismos financeiros e de comércio mundial, que estão obsoletos, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio, que deviam ser integrados - e também democratizados - no sistema das Nações Unidas. Nessa hipótese, poderia caminhar-se no sentido de uma nova ordem mundial, que impusesse regras ético-jurídicas à globalização desregulada em que vivemos e fosse capaz de reprimir eficazmente a grande criminalidade internacional organizada.

17. No plano político - que nos interessa particularmente nesta Universidade de Verão - a ideologia do neo-liberalismo apresenta-se, como já disse, gasta e desacreditada. Na própria América, sua propulsora maior. Mas as ideologias que se reclamam do socialismo democrático (socialistas, social-democratas, trabalhistas) vivem, igualmente, um momento de desorientação e de crise. A derrota dos socialistas em França é um exemplo, bem desagradável, disso mesmo.

É certo que os media, em todo o mundo, procuram desacreditar a política, os políticos, os partidos, essenciais ao bom funcionamento das democracias. As chamadas democracias mediáticas vivem uma crise profunda, a que é urgente dar remédio. Karl Popper alertou para os perigos da televisão, no seu último livro publicado antes de morrer. Escreveu ele: "ou mudamos o funcionamento das televisões ou elas acabam com as nossas democracias". Portanto, vivemos uma crise da democracia - dos partidos - e também crise do socialismo democrático bem como das democracias cristãs europeias, as duas famílias políticas que mais contribuíram para o sucesso da União Europeia.

18. Como sair desta situação tão perigosa? Tentando corresponder às expectativas das pessoas, a começar pelos mais humildes e necessitados e, quando no poder, procurando resolver os seus problemas. É isso que hoje nos deve interessar. Os cidadãos estão fartos de promessas não cumpridas. Desconfiam - o que é triste, mas é verdade - dos políticos e dos partidos democráticos, independentemente das suas promessas que, aliás, no plano ideológico, pouco se diferenciam.

Importa, por isso, que os políticos tenham consciência dos riscos que correm. Procurem não ser demagogos e não fazer promessas que não possam cumprir. Tentem não ser autoritários ou arrogantes. Porque a cidadania, nas nossas sociedades democráticas, existe, bem como o espírito crítico. Não o esqueçamos. Quer isto dizer, que é indispensável que os partidos revejam a sua prática, com sentido de responsabilidade e que os políticos o façam igualmente.

O mundo de hoje é extremamente cruel. Os políticos precisam de ter consciência dos seus deveres, a todos os níveis, para com a Comunidade. E os socialistas devem procurar demonstrar que as suas vidas são a prova dos seus ideais e de que estiveram sempre do lado dos mais pobres, dos oprimidos, dos mais desfavorecidos. Desinteressadamente. Política e negociismo, do meu ponto de vista, continuo a pensar, que são incompatíveis.

19. A política é uma das actividades mais nobres, se for assim concebida. Necessita de ser prestigiada junto das massas populares. Esse deveria ser um dos objectivos da Televisão Pública. Mas não tem sido. As pessoas com consciência cívica têm de aprender isso. Porque se os melhores se afastam da política, porque a política tem má fama, quem fica a perder é a Comunidade. É por isso que nos momentos de grande crise aparecem sempre melhores políticos. Por terem a consciência de que é seu dever participar politicamente para que as Comunidades a que pertencem possam ultrapassar os desafios com que se debatem.

Depois, há a questão da responsabilidade. Que está ligada à questão da Justiça - sem uma justiça independente e célere as instituições democráticas não poderão funcionar bem - e também à questão da impunidade e da sanção moral que deve partir da sociedade civil para aqueles que não

cumprem a Lei, que abusam do poder ou cometem crimes, seja qual for a sua natureza. A sanção moral é quase tão importante como a sanção da Justiça. Se os cidadãos sentem que podem ficar impunes ou que sendo condenados, não são moralmente sancionados, pela sociedade a que pertencem, desaparece o estímulo para o cumprimento da Lei.

Por isso os políticos não devem ser permissivos nem em relação a eles próprios nem em relação aos outros. É uma regra de ouro da democracia que tem a ver com a educação cívica e com a ética republicana.

Caros Camaradas,

20. Comemorámos recentemente o 34º. aniversário do nosso Partido, que exerce o poder há cerca de dois anos, em condições de extrema dificuldade. Temos de ter consciência disso e perceber que não se podem fazer omeletes sem partir ovos. Conseguimos reduzir o déficit das Finanças Públicas para os limites exigidos pela União Europeia. Foi um feito do nosso primeiro ministro, José Sócrates, e do seu ministro das Finanças, Teixeira dos Santos. Mas esse feito teve custos elevados: criaram-se descontentamentos, há muita gente a passar mal, o desemprego e a emigração subiram, as desigualdades sociais agravaram-se. O crescimento é ainda pequeno. Há corporações cujos interesses foram afectados e que, naturalmente, reagem.

A meio do mandato, realizada a principal prioridade, o Governo Sócrates tem agora dois desafios principais pela frente, que não pode falhar: ir ao encontro das aspirações populares e construir um diálogo com os sindicatos e, através deles, com a Esquerda que se pretende alternativa, onde há gente responsável e com as classes médias, de modo a ganhar boas vontades e apoios indispensáveis em democracia e em particular nos meios político-intelectuais, com mais influência do que se pensa na grande opinião; realizar uma excelente presidência europeia, num momento que continua a ser de enorme indecisão e dificuldade para a Europa, lançando ideias novas e insistindo nas antigas, como: a Estratégia de Lisboa; a necessidade de uma Constituição para a Europa, que não seja um Tratado mutilado; e as questões ambientais, hoje tão decisivamente importantes.

Ambos os desafios são difíceis e exigem um Partido mobilizado e particularmente consciente do que importa fazer. Porque um Partido, quando os dirigentes estão no Governo, como é o caso, é um instrumento essencial para o trabalho de alertar quanto ao estado de espírito das populações e para a sua mobilização. Não há sondagens nem marketing que o possam dispensar. Mas para isso é preciso estimular a militância e o sentido democrático de comunicação entre a base e o topo e vice-versa.

21. Que tipo de socialismo é hoje possível realizar, com os ventos contrários que ainda sopram, nas nossas sociedades europeias? Primeiro, não perder o contacto - e a confiança - com a nossa base social de apoio: os mais desfavorecidos, os mais pobres, os excluídos (desempregados e imigrantes), mas também com as chamadas classes médias, em vias de crescente empobrecimento e desesperança, com os jovens, com os idealistas e os intelectuais. Segundo, reduzir as desigualdades sociais de modo a libertar as pessoas comuns do medo do futuro, no que respeita ao emprego, à doença, à velhice e às conseqüentes pensões de reforma, mas também à perda - ou adulteração - das liberdades conquistadas, no plano cívico e igualmente nos planos da saúde e da educação dos filhos.

22. Com o 25 de Abril as pessoas deixaram de se considerar súbditos e passaram à categoria de cidadãos. Todas. Não querem perder esse estatuto, que lhes dá gosto e orgulho de viverem no seu país - que sentem pertencer-lhes - podendo intervir, livremente, nas escolhas essenciais que temos pela frente: no domínio ambiental, da ordenação do território, do serviço público, do alargamento do papel do Estado, como regulador social por excelência, das opções chamadas de sociedade, como o direito à diferença, do laicismo, do pluralismo religioso e do direito de não ter qualquer crença, da luta contra a burocracia, a corrupção, o negocismo e pela participação dos cidadãos na "coisa pública".

Dir-me-ão que não é preciso ser socialista para se estar de acordo com o fundamental do que enunciei. Talvez. Mas é o mínimo que um socialista pode - e deve - exigir de um Governo que se reclama do socialismo democrático.

23. Os tempos não correm por enquanto a favor dos ideais socialistas, tanto na União Europeia como no resto do Mundo. Devemos reconhecê-lo, com realismo, depois das mudanças e eleições significativas que ocorreram em diferentes países europeus. Mas para os que acreditam nos seus ideais isso não os deve abalar. Pelo contrário. Deve-os reforçar nas suas convicções. Os tempos mudam. A história não é rectilínea: regista muitos avanços e alguns recuos. Mas a Humanidade vai progredindo, como a Ciência e as Tecnologias. Isso é incontestável. Por isso acredito no progresso e na condição humana. Sou optimista, quanto ao essencial. Por isso não me admiraria que um vento de renovação surgisse donde menos, porventura, se esperará: do outro lado do Atlântico, em favor do socialismo (ou se quiserem de um modelo social avançado) e da liberdade. As pessoas lúcidas e moralmente bem formadas não podem resignar-se a viver em condomínios de luxo, defendidos por mercenários, armados até aos dentes, e rodeados por populações em revolta, mais ou menos famintas e carentes de tudo o que faz a dignidade da vida...

É por isso que creio que o socialismo e a liberdade - indissociáveis - mais ou menos avançados e participativos, continuam a ser o futuro do mundo.

Setúbal, 15 de Junho de 2007